



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PE_19/2026

1 OBJETO:

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE LICENÇAS DE USO DO SOFTWARE GOOGLE, conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Lote	Item	Cód. SICOR	Descrição do Objeto	Qtde	Valor Unit. Anual	Valor Total	Tipo
1	1	58826	Cód.GMS: 208.105174 Cód. CATMAT: 27502 Unid. Padrão: UNIDADE SOFTWARE - GOOGLE AI PRO FOR EDUCATION Licença de uso do complemento Google AI Pro for Education - Prazo de contrato: 36 (trinta e seis) meses; - Deverá fornecer acesso a recursos avançados de Inteligência Artificial do Google (Gemini) integrados ao ambiente Google Workspace for Education; - Deverá permitir o uso de funcionalidades de IA generativa nos aplicativos do Google Workspace, incluindo Gmail, Documentos, Planilhas, Apresentações e Meet; - Deverá incluir acesso ao Gemini para geração de conteúdo, resumos, análise de dados e auxílio na produtividade acadêmica e administrativa; - As licenças serão atribuídas a usuários específicos designados pela contratante.	240	1.044,00	250.560,00	Ampla
	2	56550	Cód.GMS: 118.76284 Cód. CATMAT: 27502 Unid. Padrão: UNIDADE SOFTWARE - GOOGLE WORKSPACE FOR EDUCATION PLUS Licença de uso do Software Google Workspace for Education Plus - Prazo de contrato: 36 (trinta e seis) meses - Licenciamento por tamanho da comunidade universitária: O cálculo de licenciamento será feito com base no número total de membros da comunidade universitária (servidores ativos + alunos ativos/matriculados), conforme dados oficiais da instituição; - Capacidade de armazenamento em nuvem: conforme política vigente do Google para a edição Education Plus, compartilhado entre todos os usuários do domínio, acrescido de armazenamento adicional por conta	64.824	26,13	1.693.851,12	Ampla



			licenciada; - Deverá permitir acesso completo em ferramentas de colaboração que incluem o Google Sala de Aula, Documentos, Planilhas e Formulários; - Deverá permitir acesso completo em ferramentas de comunicação que incluem o Google Meet, Gmail e Chat; - Deverá ofertar a prevenção contra perda de dados (DLP) para o Gmail e o Drive; - Deverá ter central de segurança para evitar, identificar e corrigir ameaças de forma proativa dos serviços; - Deverá ter registros de auditoria das ferramentas de comunicação e colaboração para monitorar o uso do seu domínio; - Deverá permitir reuniões pelo Google Meet com até 1.000 (mil) participantes e transmissões ao vivo com até 100.000 (cem mil) participantes, com possibilidade de gravação; - Deverá ter um número ilimitado de relatórios de originalidade e a possibilidade de comparar o trabalho dos alunos com um repositório particular; - Deverá permitir acesso a informações com um Cloud Search personalizado; - Deverá incluir recursos avançados de segurança, conformidade e administração, incluindo Vault para retenção e e-Discovery; - A Empresa contratada deverá fornecer atendimento especializado às equipes técnicas da UEL, com vistas a garantir o máximo aproveitamento dos serviços prestados.				
--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

NOTA EXPLICATIVA

As quantidades totais indicadas na tabela **[64.824 (sessenta e quatro mil, oitocentas e vinte e quatro) licenças de Workspace e 240 (duzentas e quarenta) licenças de AI Pro]** correspondem a estimativas para o período integral de **36 (trinta e seis) meses de vigência contratual**.

A estimativa anual de consumo é de 21.608 (vinte e uma mil, seiscentas e oito) licenças de Workspace e 80 (oitenta) licenças de AI Pro.

Os pedidos e respectivos pagamentos ocorrerão de forma anual, sendo o faturamento realizado exclusivamente com base no quantitativo de licenças efetivamente ativas no período, de modo a contemplar a variação decorrente da entrada e saída de alunos e servidores.

Atenção, licitante: o valor unitário a ser apresentado na proposta deverá corresponder ao custo anual por licença. O valor total do item será apurado mediante a multiplicação desse valor unitário anual pela quantidade máxima estimada para os 3 (três) anos de vigência contratual.

****ATENÇÃO** DEVIDO A INCOMPATIBILIDADES NO DESCRITIVO DO ITEM NO SISTEMA COMPRAS.GOV, FAVOR CONSIDERAR O DESCRITIVO ACIMA PARA PROPOSTAS.**

1.1.1 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.1.2 A presente contratação adotará como critério de julgamento o **Menor Preço Unitário**.

1.1.3 A licitação será realizada em **LOTE ÚNICO**, composto por **02 (dois) itens**, sendo obrigatória a apresentação de proposta para a totalidade dos itens que o integram, sob pena de desclassificação.

1.1.4 O prazo de vigência do contrato é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos arts. 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 As especificações técnicas dos itens encontram-se dispostas na descrição do objeto, no **item 1.1** deste Termo de Referência.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Os itens objeto deste Termo de Referência possuem padronização de acordo com o contido no GMS - Gestão de Materiais e Serviços do Estado do Paraná.

1.3.2 O Código GMS dos itens poderão ser localizados em seus descritivos, constante da **Tabela do item 1.1. deste Termo de Referência**.

1.4 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1.4.1 O fornecimento das licenças de software será efetuado de forma integral e digital, mediante a ativação dos recursos no domínio especificado pela Contratante.

1.4.2 A execução do objeto seguirá o seguinte rito:

a) Emissão da Ordem de Contratação: A Contratante enviará a solicitação formal via e-mail institucional.

b) Provisionamento: O objeto da contratação deverá ser disponibilizado pela contratada no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** a contar da data de emissão da ordem de contratação. Após a disponibilização, a contratada terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis para habilitar as licenças** e recursos no console de administração da Instituição.

c) Validação: Após o provisionamento, a Contratante realizará testes funcionais para validar o acesso às ferramentas e recursos de segurança.

1.4.3 O suporte técnico, como parte da execução contínua, poderá ser prestado de forma remota, devendo a Contratada manter canais de atendimento (e-mail, sistema de chamados ou telefone) ativos durante o horário comercial.

1.4.4 A Contratada será responsável por todos os materiais necessários para execução dos serviços, bem como transporte, deslocamentos e estadia do pessoal técnico, assim como funcionários disponibilizados, devidamente treinados com utilização de EPI's.

1.4.5 Os funcionários da Contratada deverão apresentar-se paramentados e identificados com crachá funcional com foto, dentro dos limites da Universidade Estadual de Londrina-UEL.

1.4.6 A Contratada responderá pelos danos ou prejuízos que possa causar à Instituição ou a terceiros, decorrentes da ação ou omissão, erros, imperícias ou acidentes ocorridos na execução dos serviços, inclusive por seus empregados.

1.4.7 Em caso de indisponibilidade técnica ou erro nas licenças provisionadas, a Contratada deverá realizar o reprocessamento ou correção **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** após a notificação oficial.

1.4.8 Sempre que houver necessidade de novos usuários ou substituição de contas licenciadas (dentro do limite contratado), a execução **deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas** após a solicitação administrativa.

1.4.9 O fornecimento das atualizações, bem como o suporte técnico, deverá ser prestado durante a toda a vigência do contrato.

1.4.10 Os serviços serão prestados na Assessoria de Tecnologia da Informação-ATI/UEL, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, que integra o edital e o contrato a ser firmado, para todos os fins.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A demanda a ser solucionada consiste na necessidade de garantir a continuidade de uma plataforma em nuvem unificada de comunicação, colaboração e armazenamento de dados, já consolidada e integrada à rotina da Universidade Estadual de Londrina, em virtude do término iminente do contrato vigente e da ausência de interesse na renovação por parte do atual fornecedor. Paralelamente à manutenção desse ecossistema tecnológico estrutural, há o problema de limitação na automação de processos de alta complexidade, o que gera a demanda pela incorporação de recursos avançados de inteligência artificial generativa. O foco central é evitar a descontinuidade de serviços que sustentam a operação universitária e suprir a necessidade de ferramentas de alto desempenho para atividades estratégicas específicas, nas



quais as versões gratuitas não apresentam a capacidade de processamento exigida. Solucionar esse problema é determinante para o interesse público, pois assegura a regularidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa da Universidade Estadual de Londrina. A manutenção do ambiente colaborativo contínuo resguarda a proteção dos dados institucionais, a estabilidade das comunicações e a produtividade de toda a comunidade acadêmica. Adicionalmente, o direcionamento de tecnologias de inteligência artificial exclusivamente para cargos e setores estratégicos promove a otimização dos recursos públicos frente aos altos custos dessas inovações, garantindo que o investimento financeiro seja aplicado de forma cirúrgica onde há maior exigência de automação e suporte a decisões complexas, o que reverte em melhoria direta na qualidade e na agilidade do serviço público prestado aos cidadãos. O não atendimento a esta necessidade resultará na interrupção abrupta dos serviços de comunicação e gestão de arquivos em nuvem atualmente utilizados, provocando a paralisação de fluxos administrativos e a desestruturação de todo o ambiente virtual de aprendizagem. A quebra de continuidade impedirá o acesso a correios eletrônicos institucionais, repositórios de documentos e espaços virtuais de ensino, impactando de forma prejudicial milhares de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos da Universidade Estadual de Londrina-UEL. Além do risco de perda de dados e da regressão operacional da máquina pública, a privação de recursos avançados de inteligência artificial manterá rotinas estratégicas lentas e onerosas, prejudicando a modernização da gestão institucional, o andamento de pesquisas de ponta e a capacidade da universidade de operar com a eficiência exigida na atualidade.

A opção pela vigência contratual de 36 (trinta e seis) meses fundamenta-se nas diretrizes do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço e fornecimento contínuo de extrema relevância para a manutenção das atividades da instituição. A estipulação deste prazo justifica-se técnica e economicamente pelos seguintes motivos:

a) Busca pela Eficiência Administrativa e Operacional:

As ferramentas do Google Workspace e suas licenças educacionais constituem um serviço cuja adoção e usabilidade já se encontram amplamente consolidadas e integradas à rotina da comunidade acadêmica e administrativa da UEL. A contratação por 36 (trinta e seis) meses atende ao princípio da eficiência, pois evita o elevado custo processual e administrativo de se realizar um novo e complexo certame licitatório a cada 12 (doze) meses para um serviço que não pode sofrer descontinuidade.

b) Vantajosidade Econômica e Manutenção de Valores a Médio Prazo:

Contratos com prazos mais alongados (médio prazo) garantem maior previsibilidade e atratividade comercial, o que permite à Administração obter propostas com valores mais baixos (economia de escala). Além de alcançar um melhor preço na licitação, o prazo de 36 (trinta e seis) meses garante a manutenção deste valor ao longo do tempo, resguardando a Universidade das constantes mudanças e reajustes nas políticas de preços praticadas no mercado de tecnologia e licenciamento de softwares.

c) Mitigação de Riscos e Fomento à Competitividade (Prevenção de Desinteresse do Mercado):

Conforme observado em histórico de contratações anteriores, contratos de vigência curta para este tipo de solução muitas vezes geram um desinteresse costumeiro por parte das empresas especializadas (revendas parceiras). Um horizonte de contratação de 36 (trinta e seis) meses confere maior segurança jurídica e financeira para os fornecedores, tornando o edital muito mais atrativo, o que fomenta a competitividade e mitiga substancialmente o risco de uma licitação deserta ou fracassada.

Desta forma, resta evidenciado que o prazo de 36 (trinta e seis) meses é a opção que demonstra a maior vantagem econômica e técnica para a Administração, cumprindo integralmente os requisitos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

A vedação à participação de empresas em regime de consórcio, no presente processo de contratação, encontra amparo no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e justifica-se sob os aspectos técnicos e econômicos, conforme segue:

1. Justificativa Técnica:

O objeto da contratação refere-se à locação de soluções integradas e proprietárias da Google - Google Workspace for Education Plus e Google AI Pro for Education as quais demandam fornecimento contínuo, gestão centralizada e suporte técnico especializado e unificado. Trata-se de serviços digitais com elevada dependência de integração sistêmica, autenticação institucional, segurança da informação e conformidade com políticas educacionais e de proteção de dados.

A participação de empresas em consórcio pode comprometer a eficiência operacional, uma vez que:

a) Fragmentação de responsabilidades: a divisão de obrigações entre consorciadas pode dificultar a identificação de responsabilidades em casos de falhas, indisponibilidades ou incidentes de segurança;



b) Complexidade na gestão contratual: a necessidade de coordenação entre múltiplos fornecedores pode gerar entraves na comunicação, no atendimento de chamados técnicos e na aplicação de níveis de serviço (SLAs);

c) Risco à integridade e segurança dos dados: o ambiente educacional demanda controle rigoroso e centralizado, o que pode ser prejudicado pela atuação descentralizada de consorciadas;

d) Incompatibilidade com o modelo de licenciamento: as soluções Google possuem cadeia de fornecimento e certificação específica (revendedores autorizados Parceiros Google). O licenciamento se dá em um ambiente único de administração (Tenant/Console) da Instituição, não sendo usual nem o fracionamento do fornecimento ou do faturamento entre diferentes empresas para o mesmo domínio.

2. Justificativa Econômica

Sob o ponto de vista econômico, a vedação ao consórcio também se mostra adequada, pelos seguintes motivos:

a) Ausência de ganho de escala relevante: o mercado de revenda de licenças Google já é consolidado, com empresas individualmente plenamente capazes de atender à demanda, não havendo necessidade de união de esforços e capital para viabilizar a execução;

b) Redução de custos indiretos: a contratação de um único fornecedor simplifica a gestão administrativa, reduz custos de fiscalização contratual e evita despesas associadas à coordenação entre consorciadas;

c) Maior competitividade e eficiência: a participação individual já atrai diversas empresas qualificadas e especializadas em todo o território nacional, promovendo concorrência saudável sem a complexidade jurídica adicional dos consórcios;

d) Mitigação de riscos financeiros e contratuais: em contratos com consórcios, eventuais inadimplências ou falhas de uma das consorciadas podem impactar todo o contrato, exigindo mecanismos adicionais de garantia e fiscalização.

Diante das características do objeto que exige fornecimento contínuo, integrado e com elevado nível de confiabilidade e considerando a suficiência do mercado para atendimento da demanda por empresas individualmente qualificadas, conclui-se que a vedação à participação de consórcios é medida tecnicamente justificável e economicamente vantajosa, contribuindo para a segurança, eficiência e boa gestão do contrato.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é a Contratação de Serviços de Tecnologia da Informação com Disponibilização de Plataforma e Licenças. Esta abordagem alinha-se de forma precisa às necessidades da Universidade Estadual de Londrina, uma vez que a aquisição pretendida transcende a mera obtenção do direito de uso de software. Pelo contrário, envolve licenças de software e serviços de inteligência artificial e de plataforma de colaboração, todos integrados a um ambiente educacional em nuvem, demandando um fornecimento contínuo. A contratação de serviços de tecnologia da informação abrange a totalidade da entrega requerida, incluindo o acesso ininterrupto às funcionalidades do software, a manutenção e a gestão da plataforma, o suporte técnico especializado e a garantia de atualizações. Este modelo reflete a natureza intrínseca das soluções de Software como Serviço (SaaS) e Plataforma como Serviço (PaaS), onde o valor reside na disponibilização contínua e integrada de recursos digitais, e não na posse de um bem. Embora o componente de licenciamento de uso do software seja essencial para o acesso às funcionalidades, ele se insere como parte integrante de um serviço mais amplo e contínuo, garantindo a operacionalidade e a evolução tecnológica necessárias para o ambiente acadêmico.

4. PESQUISA DE PREÇOS:

4.1 A pesquisa de preços que embasou a formação dos preços máximos unitários da presente licitação foi realizada nos moldes do art. 368 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 e do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO:

5.1 O agrupamento dos itens em um único grupo justifica-se pela absoluta interdependência tecnológica entre as soluções. Como o Gemini atua estritamente como um complemento (add-on) da infraestrutura do Workspace, o provisionamento de licenças, a gestão de segurança e o faturamento ocorrem obrigatoriamente de forma centralizada em um único painel de administração (Admin Console) atrelado ao domínio da instituição. A divisão em fornecedores distintos é tecnicamente inviável, pois impediria a gestão unificada do ambiente e geraria graves conflitos de suporte técnico e de apuração de responsabilidades (SLA) em caso de falhas, comprometendo a segurança e a operacionalidade do serviço.

6. SUSTENTABILIDADE:

6.1 Por se tratar de contratação de licenciamento de software em nuvem, não se identificam impactos ambientais relevantes decorrentes da execução contratual, conforme registrado no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.1 O presente certame destina-se à **AMPLA DISPUTA**, podendo participar todas as empresas interessadas e que atuam no ramo do objeto pretendido, inclusive ME/EPP.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS:

8.1 Trata-se de serviço comum, conforme estabelece o inciso I do art. 392 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

8.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.

8.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

9.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

9.1.1 Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

9.1.2 O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme prevê inciso XIII, do art. 6º da Lei n. 14.133, de 2021, pois, seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.

9.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

9.3 Requisitos complementares:

9.3.1 **Parceria Autorizada:** A licitante deverá comprovar que é parceira autorizada do fabricante Google, habilitada à comercialização e prestação de suporte das licenças, de modo a garantir a legitimidade das subscrições ofertadas.

a) Apresentação de "**Carta de Parceiro Oficial Google Cloud**", emitida pelo Google, comprovando que possui o nível Premier, especialização em Educação "Education - Services (*Professional Development Path*)" e "Governo (*Global Public Sector - Education*)".

9.3.2 **Capacitação Técnica:** A contratada deverá dispor de equipe técnica devidamente certificada ou comprovadamente capacitada nas ferramentas *Google Workspace for Education*, apta a prestar suporte técnico especializado, bem como a auxiliar na configuração e gestão dos recursos de segurança, em conformidade com a legislação vigente.

a) Comprovar fornecimento do software *Google Workspace for Education Plus* em quantidade mínima de 10.000 licenças por ano;

b) Profissional que possua certificação oficial Google compatível com a atuação de gestão da plataforma e configuração de acordo com a LGPD;

c) Profissional com formação tecnológica (Análise de Sistemas, Sistemas de Informação, Ciência da Computação, Engenharia da Computação ou áreas correlatas).

9.3.3 **Conformidade com Dados:** A solução e a prestação dos serviços deverão observar rigorosamente os requisitos de segurança da informação e privacidade, em total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

9.3.4 **Disponibilidade (SLA):** A contratada deve garantir os níveis de disponibilidade do serviço (*uptime*) estabelecidos pelo fabricante, assegurando a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas.

9.3.5 **Regularidade Digital:** A empresa deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação técnica e jurídica necessárias para a comercialização de serviços de computação em nuvem no Brasil.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE (no que couber):

10.1 Obrigações do Contratado:



10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

10.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.17.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.17.2 superveniências de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.17.3 retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.17.4 aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.17.5 impedimentos de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.17.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.



10.1.18 Obrigações Complementares:

10.1.18.1 Comunicar formalmente à UEL (Contratante), com **antecedência mínima de 10 (dez) meses do término da vigência contratual**, o seu eventual desinteresse na prorrogação do contrato, a fim de garantir à Administração Pública tempo hábil para o planejamento e execução de um novo certame licitatório, evitando a descontinuidade na prestação dos serviços.

10.1.18.2 Manter, durante toda a execução, o status de parceiro autorizado do fabricante (Google), garantindo a originalidade e a validade jurídica das licenças provisionadas.

10.1.18.3 Garantir a disponibilidade dos serviços (SLA) nos níveis estabelecidos pelo fabricante, responsabilizando-se por intermediar junto ao Google qualquer falha técnica que interrompa o acesso da Universidade às ferramentas.

10.1.18.4 Prestar suporte técnico especializado de 2º ou 3º nível para a equipe de TI da UEL, auxiliando na configuração de políticas de segurança (DLP, Vault) e na implementação dos recursos de Inteligência Artificial (Gemini).

10.1.18.5 Assegurar que o tratamento de dados pessoais realizado através das ferramentas contratadas ocorra em estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a privacidade das informações de alunos e servidores.

10.1.18.6 Comunicar imediatamente à Contratante qualquer incidente de segurança ou tentativa de acesso não autorizado que possa comprometer a integridade dos dados armazenados no domínio da Instituição.

10.1.18.7 fornecer, sempre que solicitado pela fiscalização, relatórios de consumo e atribuição de licenças para fins de controle e auditoria do contrato.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Obrigações complementares:

10.2.11.1 Fornecer à Contratada as informações necessárias para a correta disponibilização e gestão das licenças, incluindo a indicação dos usuários e quantitativos a serem provisionados.

10.2.11.2 Administrar o uso das licenças no âmbito do seu domínio institucional, sendo responsável pela gestão dos usuários, perfis de acesso e utilização adequada dos serviços.

10.2.11.3 Utilizar os serviços contratados em conformidade com as políticas de uso do fabricante e com a legislação vigente, especialmente no que se refere à proteção de dados.

10.2.11.4 Comunicar à Contratada, de forma tempestiva, eventuais falhas ou indisponibilidades identificadas na utilização dos serviços.

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO:



11.1 Não será exigida garantia contratual, tendo em vista que os pagamentos serão realizados somente após o regular recebimento dos serviços, conforme previsto neste Edital.

12. FORMA DE PAGAMENTO:

12.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a **30 (trinta) dias** contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

12.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

12.3 O prazo estabelecido no **item 12.1** ficará suspenso na hipótese prevista no **item 12.4.1** das Condições Gerais do Pregão.

12.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

12.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-UEL, CNPJ 78.640.489/0001-53, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380, PR 445**, constando número da licitação lote/item e validade dos produtos (*quando for o caso*), para fins de rastreabilidade em estoque.

12.5 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n. 2.145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

12.6 A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

12.7 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita.

12.8 As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n. 1.261/2003, de 14/05/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n. 1.546/2003 de 04/07/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

12.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = $\frac{6}{365}$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.10 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, *quando couber*, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

12.11 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

13. DO REAJUSTAMENTO:

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.



13.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2.1 O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

13.8.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

13.8.2 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

13.9 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

14.1 Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

15.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

15.1.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

15.1.2 mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

15.1.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

15.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 15.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

16. CONTROLE DA EXECUÇÃO:

16.1 O fornecimento das atualizações, bem como o suporte técnico, deverá ser prestado durante a vigência do contrato.

16.2 Os serviços serão prestados na Assessoria de Tecnologia da Informação – ATI/UEL, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

16.3 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, **no prazo de até 5 (cinco) dias**.

16.3.1 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

16.4 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

16.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16.5.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17. SUBCONTRATAÇÃO:

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, em uma das dotações abaixo discriminadas:

**UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;
Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.**

**Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;
Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;
Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.**

**HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.**

**HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compras/Serviços.**

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

20. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022:

20.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Londrina, 14 de maio de 2026.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

**2301779 - WELLINGTON APARECIDO CARDADOR / (ATI-DIR) DIRETORIA GERAL
1810308 – JAIR MARCOS DA SILVA / (PROAF-DM-DSA) DIVISÃO DE SERVIÇOS E APOIO**

Documento: **TR_PE_19_26.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Jair Marcos da Silva (XXX.626.119-XX)** em 14/05/2026 09:49 Local: UEL/PROAF/DM/DSA, **Wellington Aparecido Cardador (XXX.847.439-XX)** em 14/05/2026 11:35 Local: UEL/ATI.

Inserido ao protocolo **25.612.394-0** por: **Jair Marcos da Silva** em: 14/05/2026 09:48.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: